

A política expansionista da dinastia Romanov, que reinou na Rússia entre 1613 e 1917, transformou um Estado, que era continental, num império com saídas para o mar que ocupou um lugar de primeiro plano na cena internacional.

O Império Russo conquistou um acesso ao Oceano Glacial Ártico (Arcangel, 1584); a oriente, a chegada ao estreito de Bering (1648) entreabriu-lhe as portas do Pacífico e do Mar do Japão; a ocidente, S. Petersburgo ancorou-o no Báltico (1703); a sul, a conquista de Azov aos turcos, antecipou-lhe o domínio do Mar Negro (**Doc. 11**). Neste processo, Pedro I, o Grande, e Catarina II foram os soberanos que mais se distinguiram.

Pedro, o Grande (1682-1725), proclamou-se imperador em 1721. Reformou as instituições políticas e a administração pública, mudou a capital de Moscovo para S. Petersburgo, incentivou o comércio e a indústria, e organizou a instrução, a marinha e um exército permanente. Viajou pelos países da Europa ocidental e procurou imitá-los mesmo obrigando os súbditos a ocidentalizarem os costumes e o modo de se apresentarem (**Doc. 12**). Atraiu à Rússia numerosos especialistas estrangeiros que o apoiaram no apetrechamento científico, técnico e cultural do país. Catarina II (1762-1796) reforçou o absolutismo e prosseguiu a obra de progresso iniciada. Procedeu à reorganização do Estado no sentido de uma maior autonomia das comunidades urbanas mercantis, favorável ao desenvolvimento industrial.

2.5. O Império Otomano

No século XIII, empurrados pelos mongóis, os turcos otomanos converteram-se ao islamismo e acantonaram-se nas costas da Ásia Menor, na zona de confluência dos mares Negro e Mediterrâneo.

Ao longo dos séculos XIV e XV, ocuparam toda a península da Anatólia e conquistaram o que restava do Império Bizantino (Constantinopla, em 1453). Na Europa, estenderam-se pelos Balcãs, chegaram à Hungria e à Polónia e ameaçaram a Áustria (**Doc. 13**). Os seus chefes tomaram o título de sultão e lançaram as bases do Império Otomano, que se tornou numa grande potência da Ásia e da Europa. Solimão, o Magnífico (1494-1559), foi o sultão mais notável da sua história.

O império turco teve o seu apogeu entre os séculos XVI e XVIII, quando dominou toda a Europa balcânica, parte da Europa Central e do Cáucaso, e a África mediterrânica, da Argélia ao Egito (**Doc. 13**). Derrotado o Xá da Pérsia, os otomanos dominaram também quase todo o Médio Oriente – Síria, Iraque, Líbano,



↑ **DOC. 12**
A ocidentalização dos costumes no tempo de Pedro, o Grande

Atividade

Interpreta a imagem, no quadro das medidas de modernização da Rússia tomadas por Pedro, o Grande.

DOC. 13 →
Formação do Império Otomano

Atividade

Observe o mapa e esclareça por que se chamou ao império otomano o “guardião dos Estreitos”.



Califado

Área sob jurisdição política e religiosa do califa. Califa, nome árabe dado ao chefe supremo dos muçulmanos e que foi atribuído ao sultão turco.

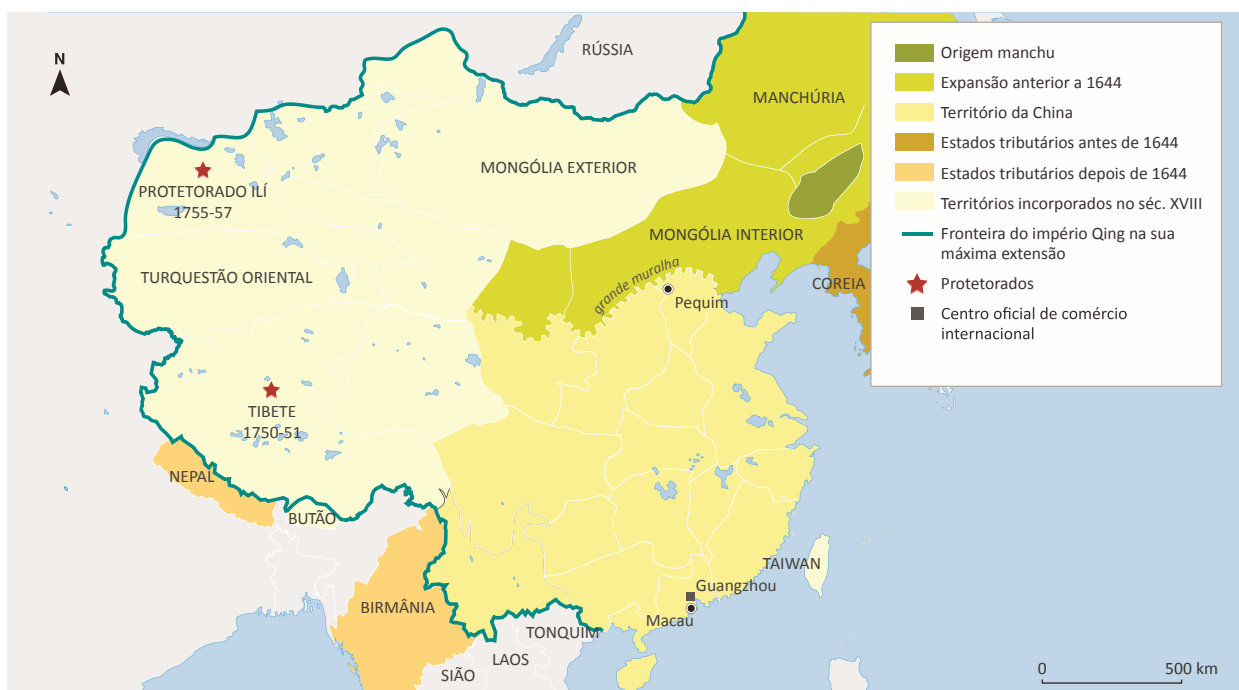
Palestina e as costas ocidental e oriental da península arábica (**Doc. 13**). Era então um complexo império multiétnico e multicultural. Foi uma grande potência e, através do restabelecimento do **califado**, era a cabeça do mundo muçulmano.

A Sublime Porta, como se chamava ao império otomano, foi o último império mediterrânico e um dos mais vastos que o mundo conheceu. O seu declínio começou em 1830, com a independência da Grécia. Pela sua posição estratégica, a área dos estreitos dos Dardanelos e do Bósforo tornou-se alvo de disputa das potências europeias (**Doc. 13**).

2.6. O Império Chinês

O império chinês beneficiou com a desarticulação do império mongol e foi o mais vasto e o mais densamente povoado dos Estados asiáticos. Além da China, propriamente dita (**Doc. 14**), e de uma certa suserania sobre alguns Estados, como a Coreia, compreendia a Manchúria, o Tibete, o Turquestão e a Mongólia. Esta, que era o berço da civilização mongol, foi integrada no Império do Meio, no século XVII (**Doc. 14**). Relativamente à ameaça exterior que podia temer, a China anulou-a ao assinar com a Rússia um tratado de delimitação de fronteiras (1689).

Desde 1644 e até 1912, foi governado pela dinastia Qing, de origem manchú. Teoricamente vigorava um regime absoluto, mas a autonomia dos funcionários do Estado e a oposição interna a uma dinastia considerada estrangeira enfraquecia o poder dos imperadores.



Quanto à economia era maioritariamente agrícola e baseava-se na dualidade Estado-aldeias. As comunidades aldeãs cultivavam coletivamente os campos e pagavam os tributos; o Estado encarregava-se das obras hidráulicas ligadas às atividades agrícolas e distribuía pelos camponeses as terras públicas. O artesanato de luxo, produzido nas oficinas imperiais, era muito ativo e alimentava o comércio externo. Este era realizado por associações de mercadores que funcionavam como guarda avançada do império, mesmo na época em que este se fechou ao estrangeiro.

Foi uma realidade comprovada pelos povos ibéricos quando aportaram ao Índico-Pacífico. Aí encontraram vastas colónias de comerciantes chineses, pouco inseridas no tecido social local mas a dominarem o sector. Em sentido contrário, Macau e Guangzhou (Cantão) eram as portas de entrada da mercadoria estrangeira, maioritariamente de origem indiana.

Macau, desde 1557, o grande centro da cristandade e do comércio europeu no Oriente, tornou-se, no início do século XVIII, intermediário dos estrangeiros que demandavam Guangzhou (**Doc. 15**). Era junto das autoridades alfandegárias chinesas em Macau que os comerciantes, que se destinavam a Guangzhou, se iam inscrever e contratar o pessoal adequado à concretização dos negócios. A partir de 1757, desacordos entre o império chinês e o Senado e o bispo de Macau, fizeram de Guangzhou o porto centralizador do florescente comércio com os ocidentais.

↑ **DOC. 14**
A China dos Qing nos séculos XVII e XVIII



DOC. 15 ↑
Porto de Guangzhou (Cantão)

Atividade

Explica a importância do porto de Guangzhou no século XVIII e inícios do XIX.

Nos séculos XVII e XVIII, a exportação autorizada de produtos chineses com destino à Europa, tornou-se muito importante. O sucesso económico destas operações deveu-se em boa parte ao dinamismo das colónias chinesas fixadas nos entrepostos comerciais da Ásia de Sudeste, bem relacionadas com as companhias europeias e com as autoridades político-administrativas locais. As “chinesices”, que compreendiam as sedas, as lacas e, especialmente as porcelanas, tornaram-se moda e objecto de cópia, em todo o Ocidente.

No apogeu do século XVIII, o império atingiu uma extensão territorial sem precedentes e atravessou um período de estabilidade e prosperidade únicas. Os imperadores Qing reorganizaram as finanças públicas e reformaram o sistema tributário favorecendo as condições económicas dos camponeses; desenvolveram técnicas agrícolas, fomentaram a cultura do arroz e difundiram novas culturas; adaptaram a rede de distribuição e tornaram-na mais segura; racionalizaram os concursos de recrutamento de funcionários e foram tolerantes em matéria religiosa; promoveram a cultura e serviram-se, na governação, dos conhecimentos técnicos e científicos dos missionários europeus.

Comparando a China com o Ocidente, pode dizer-se que, no século XVIII, a China o ultrapassou em intensidade demográfica e no movimento das mercadorias e das ideias. Contudo, no final desse século, a sobrepopulação, que reduzia as condições de vida dos camponeses, e a pressão de nações estrangeiras, que pretendiam forçar relações comerciais para além das toleradas, preanunciavam o declínio do império.



← DOC. 16

O Laboratório de Lavoisier

Atividade

Relaciona a criação de um sistema científico de base matemática com o aprofundamento do conhecimento geográfico do mundo.

Lavoisier (1743-1794)

Francês, um dos fundadores da química como ciência. Apoiante da Revolução Francesa, foi guilhotinado durante o Terror.

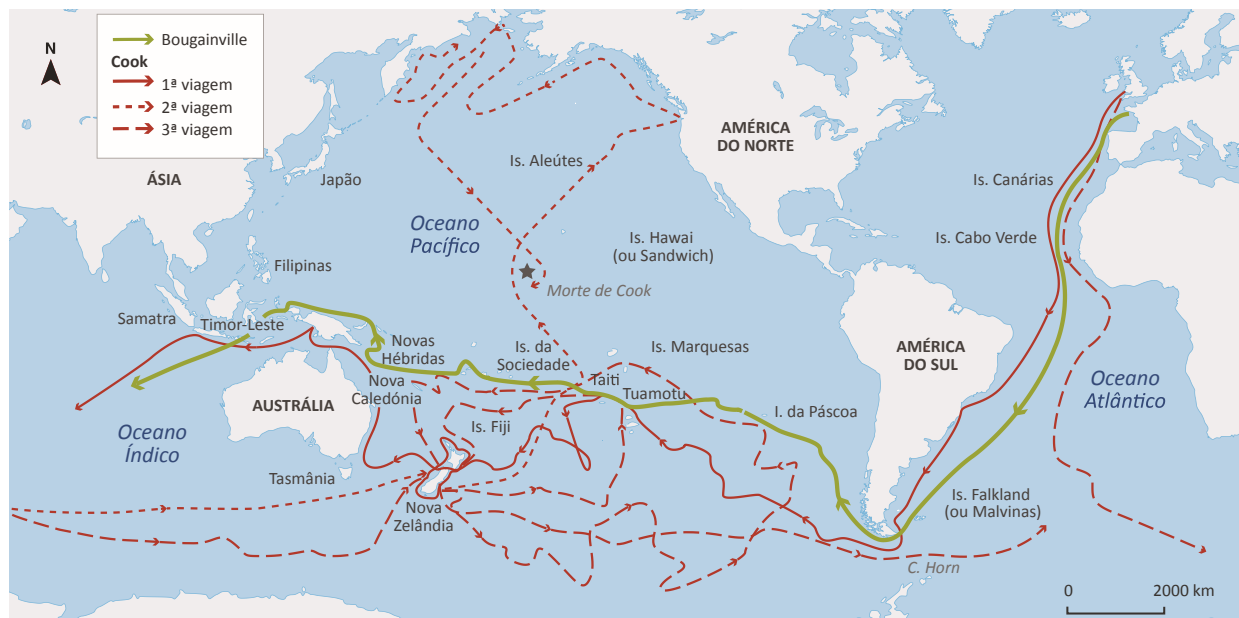
3. O alargamento do conhecimento do Mundo: as grandes explorações; as permutas culturais

3.1. As grandes explorações

Em finais do século XVII, as pesquisas científicas começaram a ser realizadas com exatidão (**Doc. 16**) e a ação combinada da observação e do raciocínio conduziu à adoção de um sistema científico sólido e autónomo. Foi assim que, na Europa, vários saberes alcançaram o estatuto de ciência: a astronomia, a química, a medicina, as ciências naturais e as matemáticas

Quanto ao conhecimento geográfico, era muito limitado no início do século XVIII e verificou-se um enorme avanço. Grande parte do Oceano Pacífico, as regiões polares, o interior de África e da América do Sul, o nordeste da Ásia e o noroeste da América não tinham ainda sido explorados. As viagens de descoberta tinham decaído no século XVII, mas os progressos científicos renovaram o interesse por viagens exploratórias para esses mundos desconhecidos dos europeus. A diferença entre a primeira vaga de expedições e este novo surto verificou-se nas motivações que os desencadearam. O objetivo de alargamento do conhecimento tornou-se fundamental e as viagens tomaram o caráter de missões científicas. Eram preparadas por sábios e cientistas e financiadas por instituições culturais (algumas fundadas mesmo com esta finalidade) e pelos governos. Chamavam-se “viagens filosóficas” por referência à “filosofia natural” que englobava todas as ciências naturais.

Um exemplo do rigor destas expedições é-nos dado pelo aparato científico que acompanhou o francês La Pérouse, no Pacífico, na década de 1780; um dos seus navios dispunha de um laboratório de química, de uma sala de cartografia e de uma biblioteca.



DOC. 17 ↑
O conhecimento do Pacífico

Atividade

A partir do mapa, reconstitui o itinerário de Bougainville, o explorador que aportou a Timor.

O maior navegador da época foi o inglês James Cook (1728-1779). Em expedições entre o Círculo Polar Antártico, o Havai e a Nova Zelândia, fez o reconhecimento do Pacífico lançando as bases do poderio inglês na área (**Doc. 17**). A ele juntaram-se muitos nomes que contribuiriam para o conhecimento do mundo. Entre outros, o dos franceses Bougainville (**Doc. 17**) que ao fazer a volta ao mundo, entre 1767 e 1769, chegou a Taiti e a numerosas ilhas, e La Pérouse que, de 1785 a 1788, percorreu o oceano entre a ilha Sacalina e a costa oriental da Austrália. Em 1720, O holandês Roggenveen aportou e batizou a ilha de Páscoa.

Cada vez mais, as expedições eram metodicamente organizadas, sobretudo estas campanhas marítimas oceânicas. As viagens, apesar dos grandes progressos na construção naval, na tipologia dos navios e no aperfeiçoamento da arte náutica, continuavam a fazer-se com incerteza, lentidão, desconforto, alimentação deplorável, doenças e pirataria. Devido à imprecisão dos cálculos de longitude, os naufrágios eram ainda um flagelo.

As expedições terrestres não foram menos duras, quer pelas condições da natureza quer pelos encontros humanos que suscitaram. Já se referiram as explorações russas até ao extremo norte da Sibéria e em que a descoberta do estreito que a separa do Alasca, feita pelo dinamarquês Bering, foi a mais relevante. Posteriormente, outras expedições desvendaram toda a Sibéria oriental em direção ao Alasca e à Califórnia. No mesmo período, franceses e ingleses, na América do Norte, atingiram os Grandes Lagos (o Mississípi) e continuaram em direção ao Oeste. Na América do Sul, partindo da Costa atlântica, portugueses penetraram no Sertão brasileiro; espanhóis, descendo do Perú, atingiram a Pampa argentina.



3.2. As permutas culturais

A paz estabelecida em 1763 favoreceu um número cada vez maior de viagens e os seus relatos estimularam as explorações propriamente ditas. Foram relatos de missionários e de comerciantes que se esforçaram por penetrar na China, no Japão, na Indochina, ou que descreveram a Pérsia, as Ilhas do Pacífico, a América do Sul, e que deram a conhecer estes novos mundos aos exploradores eruditos que os estudaram. Quer os primeiros, quer estes agora, depararam-se com povos em estádios culturais muito diversos e confrontaram-se com civilizações com as quais muitas vezes entraram em choque. Choques violentos que terminaram com vítimas do lado indígena e do lado dos exploradores.

Foi, contudo, riquíssima a troca de conhecimentos e a partilha recíproca de espécies desconhecidas de fauna e flora. Na Europa, em resultado desta permuta, mudaram-se hábitos ancestrais com a divulgação do chá, do café, do açúcar, do cacau, do tabaco, e refinou-se a vida social com a proliferação de delicados artefatos orientais. (Docs. 18).

No final do século XVIII, os produtos europeus circulavam do México a Guangzhou, e os produtos asiáticos e das duas Américas afluíam em abundância aos portos da Europa.

Na esfera intelectual, criaram-se dois mitos polémicos, o dos “sábios da China” (induzido das grandes civilizações asiáticas), e o do “bom selvagem” (inspirado nos modos de ser e de estar em civilizações recoletoras). No campo literário, duas obras inglesas popularizaram esses ambientes exóticos: *As Aventuras de Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (1719) e *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift (1726).

↑ DOC. 18

O esplendor dos produtos orientais na dinastia Qing

1. Placa em laca e madreperola
2. Prato em cobre e “cloisonné”
- 3 Cavaleiro europeu (porcelana esmaltada)

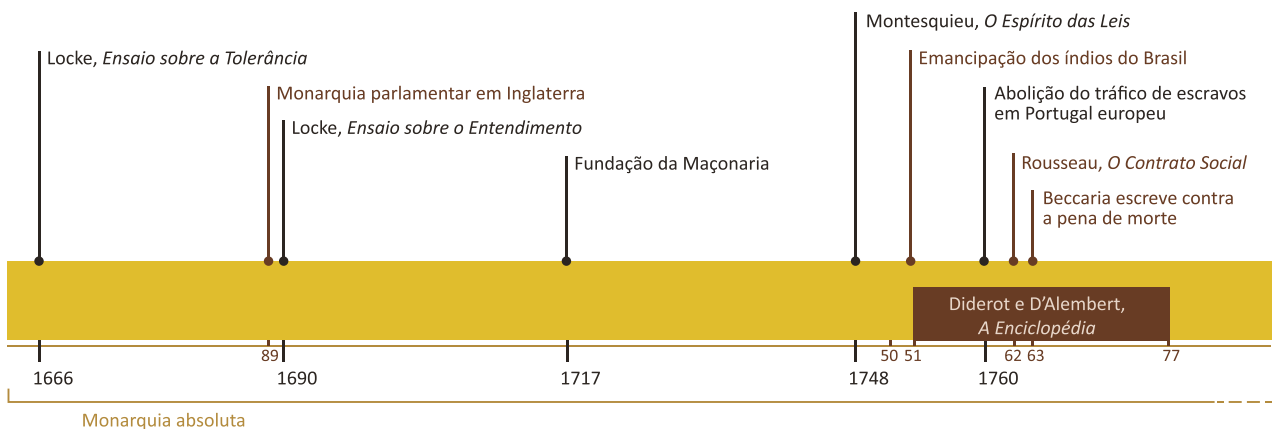
Atividades

1. Explica a atração dos europeus pelos produtos chineses, no século XVIII.
2. Considerando o documento 10, refere o valor económico das transações com o Extremo Oriente.

UNIDADE TEMÁTICA 4

4

OCIDENTE E ORIENTE EM PRESENÇA
(de cerca de 1650 a cerca de 1825)



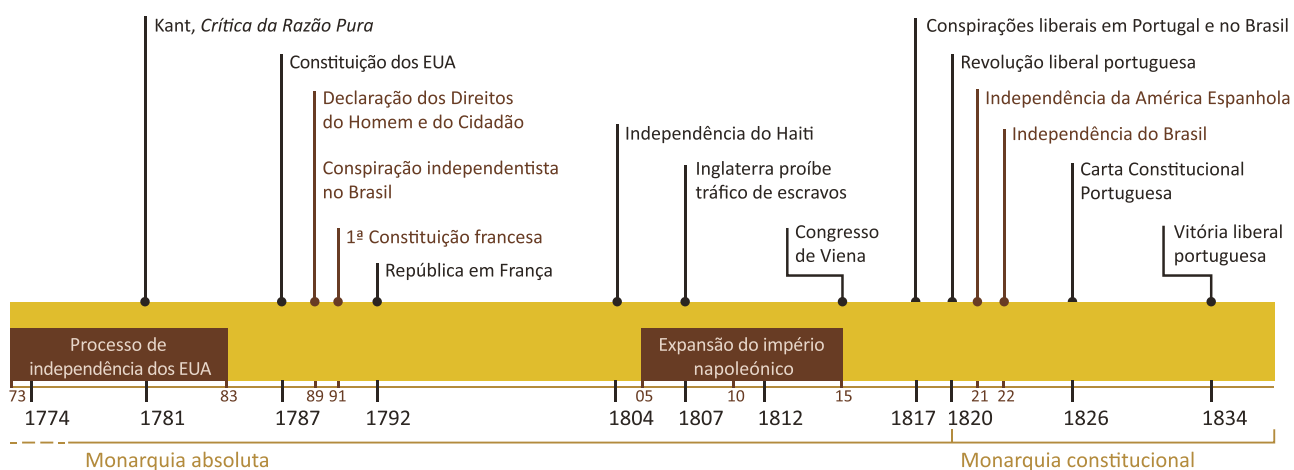
A ideologia liberal e a construção de novas soluções políticas



METAS DE APRENDIZAGEM

O aluno:

- Interpreta o conteúdo de documentos relativos aos assuntos em análise.
- Localiza, no tempo e no espaço, os eventos estudados.
- Valoriza o movimento intelectual das «Luzes» como doutrina promotora de progresso e inovadora nos domínios social e político.
- Explica o fenómeno revolucionário liberal como o conjunto de transformações para o estabelecimento de uma sociedade capitalista liberal.
- Identifica o pioneirismo da Revolução Americana e salienta a influência desta nos movimentos de independência das colónias da América Espanhola e do Brasil.
- Valoriza o legado das revoluções liberais europeias de finais do século XVIII e primeiro quartel do século XIX, assentes nos princípios da soberania da nação, da universalidade dos direitos do homem e do cidadão e do direito dos povos a disporem de si mesmos.



A ideologia liberal e a construção de novas soluções políticas

“

Para compreender bem em que consiste o poder político será preciso que consideremos qual era o estado natural em que se encontravam os homens: era um estado de completa liberdade para ordenar os seus atos e para dispor das suas propriedades e de si próprios como melhor lhes parecesse, dentro dos limites da lei natural [...]. Em consequência, sempre que um certo número de homens se unem em sociedade e cada um renuncia ao poder de exercer a lei natural, cedendo-a à comunidade, então, e só então se constitui uma sociedade política ou civil [...]. É isso que tira os homens do estado de natureza e os coloca dentro de uma sociedade civil [...]. Resulta, pois, evidente que a monarquia absoluta é, na realidade, incompatível com a sociedade civil e que aquela nem sequer se pode considerar como uma forma de poder civil.

John Locke, *Dos tratados do governo civil*, 1690.

DOC. 1 ↑
O poder político

1. Raízes do pensamento liberal; a filosofia das “Luzes”

1.1. Locke nas origens do pensamento liberal

Atividades

1. Transcreve do documento as frases que exprimem as ideias principais do autor.
2. Explica por que razão Locke não considera a monarquia absoluta como uma forma de poder civil.

Na Europa, durante os séculos XVII e XVIII, as monarquias ocidentais dominaram as grandes casas nobres e afirmaram a supremacia do poder régio sobre o espiritual, exceto nas questões de dogma. Centralizaram o poder político e o poder militar e, na maioria dos casos, unificaram os seus reinos. O rei passou a dispor do poder absoluto e de uma religião de Estado; encarnava a própria lei e só se considerava responsável pelos seus atos perante Deus. A sociedade mantinha um caráter agrário e feudal, com desigualdade de direitos entre os cidadãos, embora as monarquias tivessem conquistado o apoio da burguesia e favorecido o desenvolvimento económico.

Contudo, na mesma época, um pensamento racionalista começou a difundir-se entre as elites intelectuais europeias e a influenciar os comportamentos. Um pensador inglês, Locke (1632-1704), advogava que o Estado não podia ser considerado uma instituição de direito divino, mas antes uma associação livre de indivíduos (**Doc. 1**). Pelo **direito natural**, os membros dessa associação tinham o direito de determinar a sua própria forma de governo. Embora considerasse o cristianismo a mais racional das religiões, defendia igualmente o direito de todos os cidadãos terem liberdade de escolha de religião.

Locke, que participou ativamente na conturbada política inglesa, pensava que, no Estado, a autoridade suprema era a expressão da vontade popular. Havia um “contrato social”, que devia reger as relações entre governantes e governados, e era, portanto, legítima a destituição de um rei que abusasse dos seus poderes. Foi ainda ele que lançou as bases da teoria da **separação dos poderes**. Considerou a concentração dos poderes executivo e legislativo na pessoa do rei incompatível com a independência e a isenção exigíveis a qualquer governo.

Separação dos poderes

Montesquieu (1689-1755), filósofo francês, aprofundou esta teoria.

“

Filosofar é dar a razão das coisas ou, pelo menos, procurá-la e o filósofo, propriamente dito, é o que procura descobrir as razões que fazem com que as coisas sejam o que são e não de outra maneira.

Artigo na *Enciclopédia*

← **DOC. 2**

O que é a *Filosofia*?

No século XVIII, o pensamento político de Locke influenciou decisivamente a primeira constituição americana e a filosofia francesa das “Luzes”. Nesse século, chamava-se filosofia ao conhecimento da Natureza e filósofos aos que estudavam as suas leis; os escritores consideravam-se filósofos, homens do mundo e guias do espírito humano.

1.2. A filosofia das Luzes

A filosofia das Luzes baseava-se na convicção de que a razão humana é capaz de assegurar um progresso ilimitado e a felicidade terrena. Muitos pensadores racionalistas acreditavam que tinha chegado o “Século das Luzes” em que deviam desempenhar um papel ativo. Pensavam que, pelas luzes da razão, concebiam ideias tão claras que a razão não as podia pôr em dúvida (**Doc.2**). Estas ideias formavam-se respeitando os princípios e os métodos do conhecimento científico. Desencadeou-se, então, um verdadeiro movimento intelectual – o **iluminismo** – que teve em França a sua maior expressão e que contagiou toda a Europa. Símbolo desta situação, a língua francesa tornou-se o veículo de comunicação entre as elites cultas internacionais.

Diversos governantes sentiram-se atraídos por estas ideias e governaram como “déspotas esclarecidos”. Eram monarcas absolutos, mas influenciados pelos filósofos com quem conviviam e que, no exercício das suas funções, se consideravam iluminados pela razão.

A seus olhos, a “razão de Estado” exigia que fosse o príncipe a realizar as reformas necessárias ao bem-estar do povo. Foram muitas vezes regimes brutais, mas que concebiam a procura da felicidade como a finalidade última da política.

A ideia de felicidade era nova na Europa e considerava-se que ela só se encontrava na paz, na segurança e na harmonia. Com otimismo declarou-se a existência do direito à felicidade e do dever de ser feliz, e fez-se coincidir a felicidade particular com o bem-estar geral. Foi sob o signo de “a felicidade para o maior número” que os déspotas iluminados empreenderam reformas importantes para modernizarem os seus reinos (**Doc. 3**).

Atividades

- 1 - Indica o conceito chave expresso no documento.
- 2 - Refere a formação dos intelectuais que trabalharam o conceito que identificaste.

“

Tudo pelo povo,
nada com o povo.

DOC. 3 ↑

Divisa do despotismo esclarecido

DOC. 4 →

A ceia dos filósofos

À mesa estão Voltaire (ao centro com o braço levantado), Diderot e d'Alembert, os editores da *Enciclopédia*



Atividade

A partir dos documentos elabora um pequeno texto que contextualize o lema dos despotas esclarecidos.

O ambiente social que acompanhou a fase de prosperidade que o mundo atravessou na segunda metade do século XVIII favoreceu este movimento. Nas cidades europeias surgiram espaços que eram simultaneamente locais de lazer e de cultura. Frequentados por escritores e filósofos era onde a sociedade elegante discutia as novidades científicas, literárias e políticas divulgadas pelos livros e pela imprensa (**Doc. 4**). Um instrumento poderoso de difusão do pensamento dos iluministas foi a publicação, em Paris, dos 28 volumes da *Enciclopédia* (1751/1776). Este “dicionário racional das ciência, das artes e das técnicas”, verdadeiro êxito editorial, sintetizou as ideias dos pensadores mais inovadores do seu tempo (**Doc. 4**), que se declaravam prontos a tudo examinar e remover, sem exceção e sem contemplações.

As ideias novas abalaram a ordem religiosa, política, econômica e social. A razão era entendida como justificção para o espírito crítico; por seu lado, o progresso científico, nomeadamente a teoria do movimento do Universo, fomentou a ideia de que tudo era mutável. Os filósofos, naturalmente com diferenças de pensamento nos princípios não essenciais, queriam mudar a cultura, as instituições políticas, a organização da sociedade, as próprias crenças.

Em política, os filósofos das Luzes apresentavam a monarquia parlamentar inglesa como o exemplo de Estado a imitar, e proclamaram as doutrinas da soberania popular, da separação dos poderes políticos, do Estado laico, da subordinação dos interesses dos povos aos interesses da humanidade. No campo religioso, foram adversários das Igrejas e de toda a religião revelada, considerando que a ciência e a fé eram inconciliáveis. Alguns eram ateus mas, a maioria, admitia a existência de um “Ser Supremo”, criador do Universo e juiz supremo.

“

Se se pergunta em que consiste precisamente o maior bem de todos, que deve ser a finalidade de todo o sistema de legislação, ver-se-á que se reduz principalmente a dois objetos: a “liberdade” e a “igualdade”. A liberdade, porque renunciar a ela é renunciar a ser homem, aos direitos e deveres da humanidade; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela. [...] Diz-se que esta igualdade é uma quimera e que não pode existir na prática. Mas se o abuso é inevitável, quererá isto dizer que não se deva ao menos regulamentá-lo? Precisamente porque a força das coisas tende sempre a destruir a igualdade, a força da legislação deve sempre tender a mantê-la.

J. J. Rousseau (1712- 1778), *O contrato social*, 1762

Criticaram a intolerância, o fanatismo e as superstições e contribuíram largamente para o alastrar da descristianização e da indiferença em matéria religiosa.

No plano social, foram os porta-vozes da classe burguesa. Defenderam a propriedade privada, cuja conservação devia ser a razão de os homens se organizarem em sociedade, em liberdade e igualdade (**Doc.5**). A busca da supressão das desigualdades humanas conduziu-os à condenação da escravatura e da servidão e à defesa da humanização do direito penal.

Em matéria económica, rejeitavam a intervenção do Estado na economia e pugnavam pela livre iniciativa e pela necessidade de deixar agir as leis naturais. A esta doutrina económica chamou-se Fisiocracia, o poder da Natureza. Valorizaram a agricultura e o direito de propriedade fundado sobre o trabalho.

Em suma, a filosofia das Luzes era otimista. Defendia a bondade da Natureza, a Razão Universal que tudo pode, o Progresso ilimitado, a Felicidade acessível a todo o homem esclarecido.

2. Revoluções atlânticas: revoluções sociais, revoluções nacionais

2.1. Revoluções burguesas e liberais

O século XVIII foi um período de transição, mas no seu último quartel e na viragem para o século XIX, o “velho” sistema político e social foi definitivamente substituído pelo “novo”. Foi uma passagem brusca que não se deveu diretamente aos filósofos. Estes tinham oferecido a crítica mas não os instrumentos. Eram reformistas, amigos dos reis filósofos, e não desejavam uma transformação radical da sociedade. Esta concretizou-se através de **revoluções** que sacudiram violentamente as duas margens do Atlântico, a Europa e a América.

↑ DOC. 5

O maior bem: a liberdade e a igualdade humanas

Atividades

1. Justifica os argumentos do filósofo Rousseau a favor da existência da liberdade e da igualdade dos homens.
2. Explica o significado da expressão escolhida pelo autor para título da sua obra.

“

Nós consideramos estas verdades evidentes por si próprias: que todos os homens nascem iguais e que o Criador os dotou de direitos inalienáveis entre os quais a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que para garantir estes direitos, os homens instituem entre si governos cujo justo poder emana do consentimento dos governados; que se um governo, de qualquer tipo, não respeitar aquela finalidade, o povo tem o direito de o mudar ou de o abolir e de instituir outro governo [...].

Declaração de direitos americana, 1776

“

1. Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.
2. O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, a resistência à opressão.
3. O princípio de toda a soberania reside essencialmente na Nação; nenhum corpo nem nenhum indivíduo podem exercer qualquer autoridade que dela não emane expressamente.
16. A sociedade em que não estão assegurados os direitos nem estabelecida a separação de poderes não tem Constituição.

Declaração de direitos francesa, 1789

DOC. 6 ↑

Declaração de direitos americana (1776) e francesa (1789)

Atividade

Compara os dois textos constitucionais, evidenciando as semelhanças e as diferenças.

Primeiro, mas com menor impacto, desencadeou-se a Revolução Americana de independência; depois, e com maior irradiação internacional, a Revolução Francesa. O processo que, na América, culminou na emancipação das colônias inglesas, e que veio a estimular a primeira vaga de descolonização moderna, tipificou as revoluções nacionais. O processo que, em França, culminou no triunfo da classe burguesa, tipificou as revoluções sociais.

Esta classificação não invalida uma grande convergência entre as duas revoluções. Da Revolução Americana e da Revolução Francesa resultaram dois Estados-nação, definidos constitucionalmente pelos mesmos princípios essenciais: a soberania nacional reside no povo e os **cidadãos** nascem e permanecem livres e iguais em direitos (**Doc. 6**).

Numerosos países seguiram o exemplo destas revoluções pioneiras que vamos estudar, e os dois princípios enunciados presidiram a todas as revoluções burguesas que conduziram à instauração do **liberalismo** nos vários Estados.

“

O comércio que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra contribuiu para os tornar livres e, por sua vez, essa liberdade alargou o comércio: daí resultou a grandeza da Inglaterra.

Voltaire (1694-1778), *Cartas Inglesas*, 1735

2.2. A Revolução da América

Como já estudaste, a Inglaterra do século XVIII era um modelo para a Europa. Admirava-se a sua prosperidade económica e o seu sistema político. Este consagrava direitos individuais e um regime parlamentar (ainda não democrático) que admitia a participação dos cidadãos nas câmaras legislativas. O **parlamento** tivera um papel fundamental nas **revoluções do século XVII**, especialmente desde 1688. Com um imenso império colonial e uma indústria florescente, que utilizava abundantes matérias-primas como a lã e o carvão, invejava-se-lhe, sobretudo, a sua maior liberdade económica (**Doc.7**), maior intervenção cívica, maior tolerância intelectual, e uma maior qualidade da vida social.

Os mais de um milhão de colonos norte-americanos gozavam de grande parte das vantagens de qualquer outro súbdito inglês e sujeitavam-se às mesmas obrigações. Tinham combatido os franceses na guerra dos Sete Anos e tinham alargado significativamente o seu território, ao tomarem posse de colónias que antes pertenciam ao inimigo vencido e aos seus aliados.

Assinada a paz, em 1763, o governo de Londres dispôs do Canadá sem atender aos interesses dos colonos e pretendeu que as colónias da Coroa, na América, suportassem os custos da guerra passada. O Parlamento aprovou o lançamento de impostos com essa finalidade, o que, à luz do direito inglês, era ilegal. Apenas os representantes do povo o podiam fazer e, neste caso, não havia representação parlamentar dos colonos. A ideia de independência começou a nascer.

A partir de 1770, incidentes vários, com boicote económico por parte das colónias e repressão policial e militar por parte da metrópole, agravaram as relações entre ambas. Em 1775, começou a Guerra da Independência; em 4 de julho de 1776, foi apresentada a Declaração de Independência; em 1781, travou-se a batalha decisiva e, em 1783, foi assinado o tratado de paz e reconhecida a independência das treze antigas colónias da Coroa. Em 1787, depois de um longo conflito entre os partidários de uma administração central forte e os defensores de uma confederação de Estados quase independentes, foi aprovada a **Constituição** instituidora do Estado americano. Em 1789, George Washington foi eleito presidente da República dos Estados Unidos da América (**Doc. 8**) que contavam, então, com 4 milhões de habitantes.

↑ DOC. 7

A Inglaterra vista de França

Parlamento

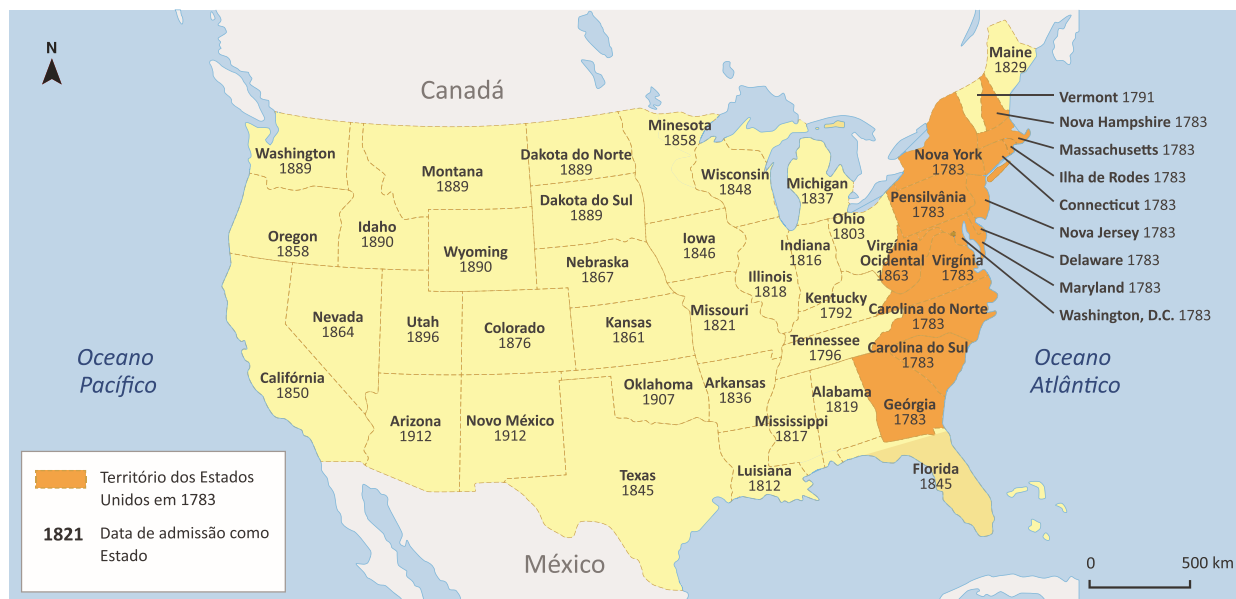
Assembleia política deliberativa, composta por uma ou duas câmaras com funções legislativas.

Revoluções inglesas do séc. XVII

Revoluções contra o estabelecimento da monarquia absoluta (1648 e 1688), lideradas pelo parlamento que, entre 1649 e 1660, transformou a Inglaterra numa república.

Atividades

1. Informa-te dos atos de rebelião mais espetaculares praticados pelos colonos.
2. Ficou registada a frase de um colono, em 1774: “sou americano”. Indica o impacto de uma afirmação como esta.



DOC. 8 ↑
A formação dos Estados Unidos da América

Esta série de acontecimentos teve um enorme significado. Foi uma revolução política que substituiu uma monarquia colonizadora por uma república independente. Foi uma revolução económica que aboliu o exclusivo colonial que reservava para a metrópole o monopólio do transporte e da transformação das matérias-primas coloniais. Foi uma revolução social que se expressou, principalmente, na Declaração de Direitos que antecedeu a Constituição.

Perseguições religiosas
Em 1620 chegou à América a primeira vaga de colonos, os “Pais Fundadores”, pertencentes a seitas protestantes dissidentes perseguidas pelo governo e pela Igreja anglicana.

Na nova nação, que tivera origem na prepotência da monarquia inglesa e nas **perseguições religiosas**, não havia agora nem tiranos, nem religião de Estado, nem ordens sociais privilegiadas. Não foram, contudo, ao ponto de estender os direitos do homem aos índios, nem aos escravos negros trazidos de África.

A própria organização política dos Estados Unidos foi igualmente revolucionária. Foi um Congresso Nacional Constituinte que redigiu a sua constituição. Esta respeitava a regra da separação de poderes (legislativo, executivo e judicial) e consagrou um regime de república federal. Assim, sobre os governos autónomos de cada um dos 13 Estados que se tinham emancipado, imperavam leis gerais aplicáveis ao seu conjunto, à “União”. Este regime traduziu-se na existência de um Presidente federal, de um Congresso legislativo com duas câmaras, e de um Supremo Tribunal de Justiça. Uma das câmaras do Congresso tinha membros eleitos, direta e proporcionalmente à população. A outra, o Senado, era composta por dois delegados de cada Estado. O Supremo Tribunal, estava encarregado de velar pela constitucionalidade das leis e das decisões do governo.



← DOC. 9
A emancipação da América latina

Atividade

Observa os Docs. 9 e 12 e elabora uma tabela cronológica que distinga as vagas revolucionárias que se desencadearam.

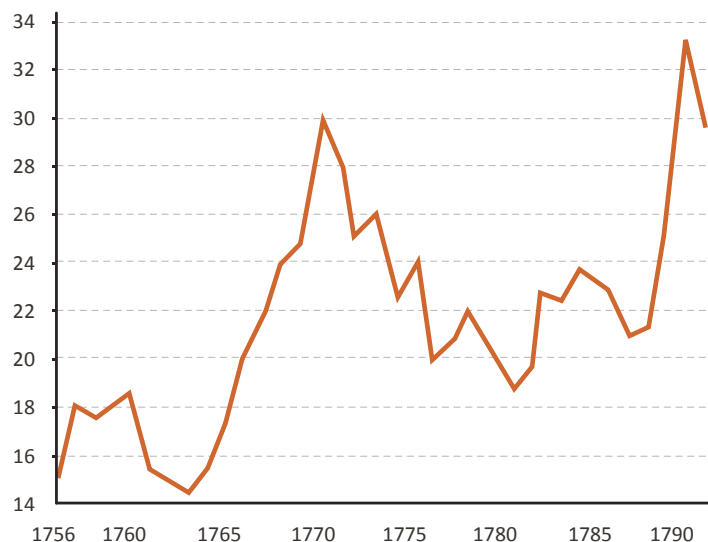
Através da imprensa, que divulgava os factos passados além Atlântico, entraram na linguagem corrente palavras a que ainda hoje atribuímos uma carga política forte e que contribuíram para a consciencialização das opiniões públicas americana e europeia: pátria, patriota, liberdade, constituição, declaração dos direitos.

As ideias de Locke e dos filósofos franceses presidiram ao nascimento do novo Estado que constituiu o mais antigo sistema político liberal e democrático do Mundo. Por seu lado, a independência dos Estados Unidos acelerou a explosão da Revolução Francesa e concorreu, no século XIX, para a emancipação das colónias espanholas e portuguesa, da América Central e do Sul (Doc.9).

DOC. 10 →
Evolução do preço do trigo (em libras)
França, 1756/1790

Atividades

1. Observa o gráfico e indica o significado económico dos dados registados.
2. Explica as consequências sociais da evolução que observaste.



2.3. A Revolução Francesa

Apesar do brilho da sua corte e da sua cultura, a França era, em finais do século XVIII, uma monarquia absoluta em graves dificuldades. Havia uma generalizada oposição contra um regime que favorecia as ordens privilegiadas – o clero e a nobreza –, que limitava a ascensão social e política das camadas médias produtivas – a burguesia – e que sujeitava a maioria camponesa e os trabalhadores urbanos a servidões e regulamentos de épocas anteriores. A este quadro de mal-estar, acresceu uma grave crise financeira. Coincidiu com uma crise comercial, devida à concorrência da indústria inglesa, e com uma crise agrícola, que provocou repetidos levantamentos populares contra os aumentos brutais do preço dos cereais (**Doc. 10**).

A solução preconizada para enfrentar a situação exigia uma reforma fiscal e a reunião dos Estados Gerais do Reino, as antigas assembleias que a monarquia absoluta deixara de reunir. Nestas, o rei consultava sobre assuntos graves as três ordens do reino: o clero, a nobreza e as classes populares representadas pela burguesia, a que se chamava o Terceiro Estado.

A partir desse momento, seguiram-se acontecimentos decisivos que, no seu conjunto, constituem a Revolução Francesa. Do desencadear do processo, em 1786, ao final do primeiro terço do século XIX, a França passou por vários regimes, sempre liderada pela burguesia. Aboliu o Antigo Regime e a monarquia absoluta, proclamou a monarquia constitucional e, depois, a república. Retornou a uma espécie de absolutismo, de tipo imperial, com **Napoleão Bonaparte** que pretendeu conquistar o Mundo e nele difundir a ideologia e as instituições liberais. Restaurada a monarquia, após a derrota do Império, a França manteve o regime constitucional.

Napoleão Bonaparte (1769-1821)
Imperador dos Franceses, fez a guerra
contra os soberanos europeus.



← DOC. 11

Igualdade perante o imposto

Na legenda lê-se:

O tempo presente exige que cada um suporte o Grande Fardo.

Na imagem, sobre os ombros das três figuras: *Dívida Nacional e Imposto Territorial.*

Atividade

Relaciona a imagem com a extinção do regime feudal.

Os episódios políticos e sociais mais significativos desta longa história foram os ocorridos em 1789. Primeiro, a exigência dos deputados do Terceiro Estado de substituir os Estados Gerais consultivos por uma Assembleia nacional e constituinte. Depois, a 14 de julho, a revolta do povo de Paris que tomou a Bastilha, a prisão de Estado símbolo do poder absoluto, a que se seguiu a revolta dos campos. Enquanto isto, a Assembleia Nacional elaborava os textos que, juridicamente, representaram o fim do **Antigo Regime**: os decretos de 4 de agosto, que extinguiram o sistema feudal (**Doc. 11**) e, dias depois, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (**Doc. 6**). Não tardou o afrontamento entre o povo e o rei, instigado pela opinião politizada dos clubes políticos e das sociedades secretas, de que a mais influente era a **Maçonaria**.

Luís XVI (1754-1793) ainda jurou a constituição que instituiu a monarquia constitucional, mas as ameaças das potências europeias, inquietas com a situação da família real, precipitaram os acontecimentos. O rei foi preso, julgado e condenado à morte, e a República foi proclamada. Uma assembleia legislativa, a Convenção, eleita por **sufrágio universal**, assumiu todos os poderes. Dominada por grupos radicais da extrema-esquerda (os jacobinos), apoiados por intelectuais dos clubes e pelas camadas populares mais pobres das cidades (os *sans-culottes*), o trabalho da Convenção foi ofuscado por lutas entre as várias tendências republicanas e pelo clima de perseguição que se instaurou. Foi o período do “terror” que desencadeou uma guerra civil em algumas regiões de França e que fez milhares de vítimas. Neste período, alguns quiseram ir mais longe e defenderam, sem sucesso, uma teoria comunista que visava a distribuição igualitária dos bens e a supressão da propriedade individual.

Antigo Regime

Período da história europeia que antecedeu as grandes revoluções de finais do século XVIII e princípios do XIX. Caracterizou-se pelo predomínio da população rural e da economia tradicional agrária, pela sociedade de ordens e pelo absolutismo monárquico.

Maçonaria

Sociedade secreta organizada com fins altruístas socioeconómicos e culturais. As suas sedes chamam-se “lojas”.

Sufrágio

Direito de voto; universal (se de todos os cidadãos) ou censitário (se dependente dos rendimentos do cidadão).



DOC. 12 ↑
Irradiação dos ideais revolucionários

No conjunto, a revolução melhorou a sorte dos camponeses mas impediu qualquer tentativa de associação operária, enquanto tolerava as associações patronais, favorecendo a burguesia industrial e comercial. Um outro sinal de favorecimento ao mesmo grupo social, foi a adoção do regime eleitoral censitário que, em função da riqueza ou da propriedade possuída, limitava a participação cívica aos cidadãos.

Atividade

Observa os documentos 9 e 13 e distingue as vagas revolucionárias ocorridas no período.

Mesmo com muitas ambiguidades e desvios, a Revolução Francesa suscitou um grande entusiasmo e a sua divulgação deveu-se em muito às campanhas militares de Napoleão. Assim se difundiu a doutrina dos direitos naturais do homem e dos cidadãos, nos quais, quando constituídos em comunidade nacional, reside a soberania.

A ideia nacional converteu-se rapidamente em movimento das nacionalidades, na Europa e na América Meridional (**Doc. 12**). No Brasil, já influenciado pelo exemplo norteamericano, a presença da corte e da família real portuguesas, fugidas da ocupação do reino pelos exércitos napoleónicos, motivou, em 1822, a proclamação da sua independência. Nas colónias espanholas da América Central e do Sul, as independências fizeram também o seu curso (**Doc. 9**).

No geral, foram os colonos europeus e as elites crioulas que desencadearam os processos de independência e que com ele lucraram. No entanto, a discussão sobre a escravatura foi lançada, e o Haiti tornou-se a primeira experiência de um Estado livre constituído por iniciativa de antigos escravos.